



# Jornal FNE

## Edição 45 – Fev/06

---

### Soluções que deixam a desejar

Nesta edição de Engenheiro, entram em pauta três iniciativas do governo federal que, embora louváveis, não atendem às necessidades do País. A primeira delas é o reajuste do salário mínimo que, relevante percentualmente (25%), ainda está longe de ser suficiente para que o piso nacional cumpra seu papel constitucional de garantir a subsistência a uma família. Atingir tal objetivo depende de uma política permanente. Também em discussão a polêmica operação de recuperação emergencial das estradas, sintomaticamente apelidada de “tapa-buracos”. Sem projetos específicos a cada região, corre-se o risco de se adotarem soluções técnicas inadequadas. Assim, à falta de investimentos na manutenção das rodovias, que evitaria o caos em que se encontram atualmente, segue-se um questionável paliativo. Por fim, há a correção de 8% na tabela do Imposto de Renda, que trará alívio mínimo à classe média. Fruto de intensa negociação com o movimento sindical, a concessão oficial mais uma vez é insatisfatória e não altera uma lógica tributária injusta.

Representantes da construção civil, indústria e consultoria falam das perspectivas para 2006. Contam com investimentos públicos para aquecer suas atividades e gerar empregos a engenheiros.

Em entrevista, o economista egípcio Samir Amin fala da necessidade de combater o neoliberalismo e a dominação estadunidense. Em C&T, os riscos de fraudes bancárias pela Internet. E ainda, o que acontece nos estados.

Boa leitura!

# CAPA

---

Para a subsistência de uma família constituída por quatro pessoas, o salário mínimo no Brasil teria que ser de R\$ 1.607,11. O cálculo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) não deixa dúvidas de que o valor acordado para este ano, de R\$ 350,00 a partir de abril, ainda está aquém do necessário. Definido em 24 de janeiro, após exaustiva rodada de negociações entre as centrais sindicais e o governo, o incremento real acumulado entre as datas de reajuste de praticamente 25%, segundo estima Ademir Figueiredo, coordenador de estudos e desenvolvimento do Dieese, é significativo. Todavia, ainda assim, o mínimo no Brasil será 1/3 do maior valor alcançado na sua história: R\$ 1.106,05 em 1957.

A campanha que garantiu esse resultado – superior ao valor previsto no projeto de lei do Orçamento Geral da União, que era de R\$ 321,00 – culminou ainda com correção de 8% na tabela do Imposto de Renda. E resgatou a esquecida comissão quadripartite. Criada por decreto no ano passado, sem nunca ter funcionado efetivamente, deverá ser formada por representantes do empresariado, governo, trabalhadores ativos e aposentados, com o intuito de discutir política de recuperação do salário mínimo. Figueiredo lembra que a idéia seria determinar progressão a médio e longo prazo para “se atingir um valor mais alto que permita uma vida digna”. Ele acrescenta: “Seria uma política de Estado, com o estabelecimento de parâmetros e metas. Deslocaria-se a discussão do campo meramente conjuntural.”

## Inversão de prioridades

Para que tal ocorra, será necessário se sobrepôr a diversos argumentos contrários. Entre eles, o de que a elevação teria efeito considerável sobre as contas públicas. Conforme divulgado pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o impacto seria de R\$ 5,6 bilhões. Sobre isso, o coordenador do Dieese enfatiza: “Na hora de olhar a renda de 40 milhões de trabalhadores, que representam pouco menos de 50% do total de ocupados, falam no rombo do salário mínimo. Mas o País vai pagar este ano R\$ 140 bilhões de juros a um número restrito de rentistas.”

Além da inversão de prioridades, a se contrapor às opções políticas que têm se constituído em obstáculo à recuperação do mínimo, Figueiredo aponta vantagens dessa medida. Segundo ele, isso é demonstrado com a simples elevação em R\$ 50,00 a partir de abril, que terá efeito dinâmico sobre a economia. “Multiplicando pela quantidade de gente que vai receber o aumento, esses reais adicionais se transformarão em um poder de compra que ajudará a produzir, criar demanda, gerar emprego.” Ainda na sua concepção, a recuperação do mínimo “significa um programa distributivo de renda muito grande, ao atingir 16 milhões de aposentados”.

# OPINIÃO

---

Os desafios do Parlamento em 2006

Antônio Augusto de Queiroz

As perspectivas do Congresso para 2006, se comparado com o desastre que foi 2005, serão positivas. Entretanto, os desafios a serem superados serão muitos. Os parlamentares terão que cortar na própria carne e retomar uma agenda positiva de interesse do País, sob pena de uma renovação recorde em outubro próximo.

Após contatos com as bases, deputados e senadores chegaram a Brasília com a exata dimensão da crise de imagem da instituição, a ponto de terem retomado o trabalho e com aprovação de matéria em plena segunda-feira, fato raro na história do Parlamento.

De fato, a tentativa de reeleição dos membros das mesas, a eleição de Severino Cavalcanti, a descoberta do mensalão e do mensalinho jogaram a imagem do Congresso no fundo do poço. A eleição de Aldo Rebelo e a cassação de José Dirceu melhoraram um pouco o quadro, mas a absolvição do deputado Romeu Queiroz (PTB/MG), que recebeu dinheiro do Valerioduto, e a convocação extraordinária pioraram tudo outra vez.

A saída para a crise passa por ações concretas, como a redução do recesso de 90 para 55 dias, o fim do pagamento extra, e, principalmente, a retomada dos processos de cassação e da agenda de votação, que inclui: a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que cria o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), o projeto que desonera as pequenas e microempresas, a PEC que acaba com a verticalização nas eleições e a complementação da reforma do Judiciário.

*Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor do Diap*

*(Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)*

Apego ao poder

José Carlos Rauen

O ano de 2005 foi profícuo em denúncias de todos os lados no mundo político. Foram tantas as comissões parlamentares de inquérito criadas que se torna difícil a quem não acompanhe diariamente os noticiários – caso da grande maioria do povo brasileiro – entender o que se passa. Nessa confusão, o que se evidencia é que, independentemente das denúncias, aqueles que estão longe do poder querem alcançá-lo, enquanto os que nele já estão instalados não querem largá-lo.

Aí eu me pergunto: quais os motivos que levam as pessoas a ascender ao poder? Quem me respondeu essa pergunta foi um político amigo meu dizendo que o poder público é incomparável ao poder privado. A recuperação financeira no serviço público é

exponencialmente mais rápida. Ou seja, uma empresa privada, quando se encontra em dificuldades financeiras, para conseguir recuperação, necessita de variáveis que na maioria das vezes não são possíveis; já na empresa pública a recuperação vem com a ajuda de todos os lados (tanto privado como público). Eu mesmo desconheço uma empresa pública que fechou ou faliu por falta de recursos. E está exatamente aí o motivo da vontade de trabalhar no governo ou para o governo, não é necessária nenhuma “perspicácia” de negócios para administrar uma empresa pública, basta ser político. E isso eu acredito que todos sabem fazer muito bem, basta ter o poder na mão.

Ao assumir um cargo ou empresa pública, os poderes são tantos que o desejo é de jamais largá-lo. A exposição é tanta que é impossível ir a algum lugar e não ser reconhecido. Tomam-se decisões sem responsabilidades futuras, visto que essas nem sempre necessitam ser viáveis economicamente. Isso gera uma doença chamada “compulsão do poder”. E quem não consegue administrá-lo cuidadosamente apega-se a ele de tal forma que, quando sofre alguma queda, cai num buraco muito difícil de levantar. É a depressão da perda do poder. Quem perde por má administração tem muita dificuldade de se recuperar. Quem já teve o poder nas mãos e o perdeu sabe as seqüelas dessa doença. E a única recordação são as lembranças e as histórias contadas com glórias. Qual o remédio para isso? Não tem.

*José Carlos Rauen é presidente do Senge-SC*

## ENGENHARIA

---

Apesar da diversidade de solo, clima e materiais disponíveis nas diferentes regiões do País, nos 26.441km abrangidos pelo Petse (Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Rodovias), as soluções técnicas devem ser padrão. A informação é da assessoria de comunicação do Ministério dos Transportes, segundo a qual o procedimento adotado e os materiais empregados serão os mesmos. Obras estão sendo feitas desde 9 de janeiro em 25 estados da Federação, com a destinação pelo governo federal de R\$ 440 milhões para tanto. O objetivo, de acordo com o governo, é somente garantir trafegabilidade nas estradas. Conforme divulga o Dnit (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes) em seu site, a situação existente “não poderia esperar a elaboração de projetos de engenharia e a execução de obras definitivas de restauração, o que será realizado concomitantemente ao programa e em seqüência desse”.

Ainda segundo o órgão, as péssimas condições das rodovias são conseqüência da destinação de recursos à sua recuperação bem aquém do necessário “nos dez anos anteriores ao atual governo”. A partir de 2003, esse teria iniciado “um amplo programa de manutenção, com resultados significativos”. Contudo, como justificativa ao Petse neste momento, o Dnit afirma: “No planejamento para recuperação das rodovias federais, foi necessário que houvesse

priorização de ações, mesmo porque não havia disponibilidade financeira suficiente para atendimento do total necessário.”

Conforme Márcia Aps, pesquisadora do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo) e mestre em engenharia de transportes, “quando um governo lança esses grandes programas com vias ou rodovias muito deterioradas, está dizendo que não fez a lição de casa. Ou seja, não foram efetuadas as manutenções de rotina e periódica e a reabilitação”. O que, por sinal, sairia “muito mais barato”. O resultado, na sua análise, é “esse monte de buracos”. Aps ensina que o problema “evolui de um outro defeito. Por exemplo, pode abrir uma fissura capilar na via, fininha. Se não for tratada, com tráfego, chuva, pode haver perda de materiais, desagregação na camada do revestimento e aí começar a surgir buracos”. Para ela, além da falta de manutenção ao longo do tempo, são agravantes a ausência de fiscalização para impedir o excesso de carga e a formação técnica inadequada das equipes que atuam na produção do revestimento asfáltico na usina ou nas aplicações em campo.

#### Caso a caso

De acordo com a especialista, as soluções a serem adotadas devem ser analisadas caso a caso. “Cada camada, cada pavimento tem uma estrutura diferente.” Num país de dimensões continentais como o Brasil, enfatiza Aps, é importante caracterizar os diferentes estados de conservação das rodovias e saber que suas capacidades de solo e materiais disponíveis são diversos. Diante disso, “as soluções deveriam ser por região e não uma única para o País inteiro”. Fundamental para garantir a aplicação ideal a cada via seria, acrescenta a pesquisadora do IPT, “ter um bom sistema de gerência de pavimentos, apropriado à malha local. Mesmo porque nos pavimentos asfálticos ocorrem de 15 a 20 defeitos diferentes, só que numa mesma malha normalmente aparecem apenas cinco deles”. Jorge Barbosa Soares, coordenador da Rede Asfalto Norte-Nordeste – organização que reúne dez universidades em nove estados diferentes e faz estudos técnicos sobre intervenções necessárias –, concorda: “As soluções têm que ser particularizadas, mas podem ser semelhantes.”

Por outro lado, ele reconhece a necessidade da operação tapa-buraco. “O que há de se criticar é a questão da urgência, em função de não ter sido feito antes.” Essa é também a opinião de Paulo César Marques, professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UnB (Universidade de Brasília), para quem o que se verifica é “a crônica da emergência anunciada”. Ele é categórico: “Esse programa é consequência do descaso e abandono com a infraestrutura. É uma questão que requer solução imediata, a qual poderia ter sido feita no início do governo.”

Além disso, já que se decidiu por tomar essa providência agora, poderia, na sua opinião, “fazer-se a recuperação de fato e não apenas de revestimento, que não se sustenta”. Ao ser realizada apenas superficialmente, conforme o professor da UnB, se a causa do buraco for, por exemplo, infiltração, essa se manterá. E pode aparecer outro ao lado do que foi tapado. “A recuperação precisa ser profunda. Do jeito que está sendo feito, como um remendo para resgatar a trafegabilidade, pode ser que em seis meses seja necessário fazer de novo, dependendo das condições de tráfego e atmosférica”, destaca Marques.

Face a isso, ele confirma que os recursos aplicados no programa podem ser perdidos. Em artigo de sua autoria, Carlos Bastos Abraham, diretor regional Sul da FNE, vai na mesma linha: “Não podemos aceitar sua má-aplicação. O Brasil está carente de uma infra-estrutura que envolva uma solução técnica para o transporte nacional. A infeliz iniciativa desse programa tapa-buraco não recuperará as nossas estradas, mas camuflará temporariamente o grave problema existente no setor.” Na sua análise, a verba arrecadada com a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) poderia aliviar bastante essa situação. Porém, segundo a assessoria de comunicação do Ministério dos Transportes, tais recursos ficaram contingenciados até o ano passado para compor o superávit primário. Ainda conforme sua informação, está no acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) a liberação de parte da arrecadação com o tributo – R\$ 6 bilhões – para obras de infra-estrutura até 2007. Segundo divulgado pela imprensa, a receita obtida com a Cide em 2005 foi de R\$ 7,7 bilhões, sendo repassados aos estados 29% do total.

## ECONOMIA

---

A correção a partir de fevereiro de 8% na tabela do Imposto de Renda, acordada no dia 24 de janeiro entre governo federal e centrais sindicais, não deve trazer grandes avanços. A opinião é de Carlos André Nogueira, presidente do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal). “Dá um alívio ínfimo, mas não resolve absolutamente nada. Temos dez anos de tabela congelada, tirando dois pequenos reajustes feitos nesse período ( de 17,5% em 2002 e de 10% em 2005 ). Com qualquer recomposição no salário, os trabalhadores que estavam isentos começaram a pagar imposto e os demais passaram a pagar mais. Isso é uma gota no oceano”, afirma ele.

O presidente do Unafisco lembra ainda que o compromisso do governo Lula não foi cumprido. Conforme Nogueira, a promessa era de corrigir a tabela do IR no mínimo recuperando a inflação desde que assumiu. “Teria que ser de 12,63%”, complementa. Já para repor integralmente seu valor, deveria ser de 57,66% – defasagem acumulada desde janeiro de 1996, já descontados os reajustes. Ele dá uma idéia do efeito do congelamento da tabela: “Em 1995, o limite de isenção era de mais de dez salários mínimos; em 2005, estava em menos de quatro. As pessoas que estão nessa faixa intermediária foram extremamente arrojadas nos últimos anos. Parcela dos engenheiros foi atingida em cheio.” Ciente disso, a Central Brasileira de Profissionais mantém sua campanha pela atualização integral da tabela do IR.

Com a revisão de 8%, passa a ser isento quem ganha até R\$ 1.257,00 – antes não precisava pagar imposto quem recebia até R\$ 1.164,00. A partir do novo teto até R\$ 2.512,00, incide a alíquota de 15%. Rendimentos acima disso enquadram-se na faixa máxima de 27,5%. Como observa Nogueira, se o ganho for de R\$ 5 mil ou R\$ 100 mil, paga-se imposto em igual percentual. “Na tributação sobre a renda, o IR é extremamente injusto.” Os maiores

penalizados, na sua análise, ganham entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.500,00. “Temos um exemplo impressionante. Fizemos uma simulação que mostra que uma pessoa cujo salário é de R\$ 2 mil pagou de Imposto de Renda no ano passado R\$ 1.108,80, quando deveria ter pago apenas R\$ 78,58. Ou seja, 1.310% a mais. Já uma que ganha R\$ 3 mil pagou 191% além do devido, que era R\$ 1.756,82. E uma que recebe R\$ 10 mil pagou a mais 11,5%.”

Os trabalhadores não sofrem apenas com a não-correção integral da tabela do IR, como salienta o presidente do Unafisco. A entidade, ao considerar a última estimativa do PIB (Produto Interno Bruto) do Ministério do Planejamento de R\$ 1,947 trilhão, avalia que houve aumento da carga tributária bruta federal em 2005. “Totalizou 24,2% contra 23,6% do ano anterior”, conclui em seu estudo. Nogueira ressalta: “A classe média é archoada tanto ao arcar com carga muito maior do que, por exemplo, as faixas mais altas de renda onde estão os ganhos de capital, quanto por ser a faixa da população que precisa pagar pelos serviços que o Estado deveria suprir mas não presta de forma satisfatória, como educação, saúde, segurança, previdência.” Isso, na sua opinião, tem duplo efeito perverso, ao prejudicar a produção e o consumo. “Aliviar a carga tributária dessa classe média significaria deixar mais renda disponível para ela consumir, o que também ajudaria a economia a se desenvolver”, observa.

#### Carga pesada

Tudo indica que o governo não tem essa visão. Em sua análise, o Unafisco aponta: “A despeito das dificuldades econômicas de 2005, a arrecadação de impostos continua quebrando todos os recordes históricos, cresceu o dobro da economia (o PIB deverá registrar um crescimento máximo de 3%) e reforça a injusta estrutura tributária brasileira. O Estado brasileiro é financiado pelos trabalhadores assalariados e pelas classes de menor poder aquisitivo, que são responsáveis por 64% das receitas com impostos e contribuição arrecadados pela Secretaria da Receita Federal. A população de baixa renda suporta uma elevada tributação indireta: 52% da arrecadação federal advém de impostos cobrados sobre o consumo, ou seja, 10% do PIB.” E acrescenta: “Os trabalhadores brasileiros recolheram em imposto de renda, em 2005, 12% da receita federal (exceto previdência), equivalendo a 2,3% do PIB. Esse excesso de arrecadação nos mostra que é um bom momento para a sociedade repensar os privilégios concedidos nos últimos anos às rendas do capital, bem como rever a sua política de tributar excessivamente os trabalhadores assalariados e a população de baixa renda.” O estudo feito pelo Unafisco demonstra que esses pagaram, em 2005, três vezes mais impostos que todo o setor financeiro, a despeito dos lucros astronômicos obtidos pelos bancos no ano – acumularam “R\$ 19,6 bilhões no período de janeiro a setembro de 2005, um aumento de 39% em relação a igual período de 2004, de acordo com os dados do Banco Central”.

#### Novas vagas exigem investimentos

Soraya Misleh

Deve ficar para a segunda quinzena de fevereiro a votação do projeto de lei do Orçamento Geral da União, que prevê R\$ 15 bilhões de investimentos em infra-estrutura para este ano –

R\$ 3,5 bi a mais do que foi pago em 2005. Uma das preocupações é que haja tempo hábil à contratação de projetos que revertam em empregos e desenvolvimento em setores estratégicos. À área de transportes, Luiz Fernando Santos Reis, presidente do Sinicon (Sindicato Nacional da Construção Pesada), vaticina: “Se se conseguir aplicar a dotação que está colocada (em torno de R\$ 6 bilhões), a construção terá recuperação. A manutenção de estradas gerará uma infinidade de empregos, inclusive aos engenheiros.” Todavia, para ele, o mercado de obras públicas em geral é uma incógnita. “Acima de tudo, está empacado pela incompetência gerencial das áreas do governo. Esse acena com programas de vulto, mas nada acontece. Na área de saneamento, deixou de investir R\$ 7 bilhões. Na habitação social, o panorama é o mesmo.” Na sua ótica, ou o governo capacita sua máquina administrativa ou não haverá perspectivas para a construção pesada no País. Ele atesta que tal segmento perdeu nos últimos anos inúmeros postos de trabalho. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1996, eram 416 mil empregados. Já em 2004, conforme balanço mercantil, havia apenas 350 mil. “E 2005 foi pior ou igual.” Para este ano, continua Santos Reis, “saldo positivo somente vai se consolidar se o setor de obras públicas, hoje com 50% de ociosidade, tiver aquecimento”.

Paulo Safady Simão, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), também nutre expectativa positiva, desde que os recursos saiam do papel. “Temos muito dinheiro em caixa e promessa de investimentos em vários segmentos. Agora, se vai haver competência para executar o orçamento é outra questão. Nos últimos três anos, não aconteceu isso.” Ele completa: “Em 2005, quase tudo que estava programado não foi aplicado ou foi mal-aplicado.” Na área de habitação e interesse social, “temos mais de R\$ 10 bilhões para gastar, aí incluídos R\$ 1,8 bi que a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades deixaram de investir em 2005”. A pasta poderá ter ainda R\$ 2,3 bilhões – montante previsto no projeto de lei do orçamento.

Para que o resultado seja diferente do obtido no ano passado no setor da construção civil – quando seu crescimento deve ficar próximo de ínfimo 1% –, há, todavia, uma dificuldade adicional. “Neste ano, estamos prejudicados. O orçamento não foi votado ainda e o governo tem prazo para contratar obras antes das eleições. Se não o fizer até o final deste semestre, fica difícil.” Em contrapartida, conforme o presidente da CBIC, se o montante previsto for aplicado, a perspectiva é que o segmento cresça acima de 4% a 5%. “Segundo cálculo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), em média, a cada R\$ 10 bilhões aplicados no setor, são gerados 230 mil empregos diretos. Com isso, aumentam também as oportunidades para engenheiros”, aponta. Porém, tendo em vista os maus resultados colecionados pela construção civil nos últimos anos, Simão acredita que esse incremento, se houver, se dará “sobre uma base frágil”.

#### Ânimo reduzido

Na indústria – setor que ao lado da construção civil é fortemente empregador, inclusive de engenheiros –, os ânimos estão reduzidos. É o que apontam as informações coletadas pela FGV para prévia da 158ª Sondagem Trimestral da Indústria de Transformação. Essas indicam que o segmento deve continuar “em ritmo lento no início de 2006”. Apesar disso, pelo estudo, as perspectivas para os próximos meses são mais otimistas, exceto quando o assunto é

emprego. Nesse quesito, “no primeiro trimestre, 11% das empresas prevêem aumentar e 32% reduzir o contingente de mão-de-obra”.

Flávio Castelo Branco, coordenador da Unidade de Política Econômica da CNI (Confederação Nacional da Indústria), observa que o mercado de trabalho perdeu vigor no final de 2005, com o desaquecimento da atividade produtiva. Porém, para ele, “o ajuste é pequeno e não deve durar muito. Talvez permaneça apenas nos primeiros meses do ano”. De qualquer modo, não acredita “em demissões expressivas em 2006”. Segundo sua informação, as expectativas para o setor são modestas, mas positivas. “Com a demanda externa forte e a recuperação do investimento, o crescimento será maior. O PIB da indústria deverá aumentar 4,2%, contra 3% do ano passado.” Conseqüentemente, também conforme Castelo Branco, haverá novas vagas aos engenheiros. Hoje, a indústria no Brasil emprega em torno de 6 milhões de pessoas – dados do Rais (Relatório Anual de Informações Sociais).

Segmento que perdeu vários postos de trabalho de 1980 para cá, o de consultoria também espera por investimentos em infra-estrutura para crescer – e gerar trabalho inclusive aos profissionais da categoria. É o que afirma José Roberto Bernasconi, presidente do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva). Contudo, ele faz ressalva: “É preciso mudar o enfoque. Hoje, a ênfase é pela realização de superávit primário.”

Além disso, constata, “já está atrasada a contratação de projetos”. Para ele, vale aproveitar o momento – em que se quer mostrar serviço por conta das eleições – para debater a importância de se transformar a sustentabilidade no desenvolvimento em objetivo nacional. Afinal, sem investimentos contínuos, conforme Bernasconi, não será possível recompor “estrago de 25 anos”.

## SINDICAL

---

O que acontece nos Estados

PA

Muito aquém do piso profissional

Segundo Manuel José Menezes Vieira, presidente do Senge Pará, o reajuste salarial dos engenheiros funcionários públicos estaduais e municipais, de cerca de 17% sobre o salário-base de R\$ 300,09, por força da correção do mínimo nacional, não será suficiente para que a categoria passe a receber o piso profissional determinado por lei (seis salários mínimos legais). “Nosso salário continua nivelado ao de um trabalhador sem qualquer especialização. Os governantes continuam desrespeitando o inciso 5, artigo VII, da Constituição Federal, que

determina que os estados estabeleçam o piso salarial das categorias especializadas, como fez recentemente o governo de Alagoas.” Para Vieira, “em ano de eleição, os políticos devem avaliar a situação a que estão submetidos esses profissionais e a categoria deve votar em quem se comprometer em resolver essa questão”.

RN

Engenheiros questionam, mas apóiam dupla função

Durante o processo eleitoral, os candidatos à presidência do Crea-RN haviam se comprometido a não ocupar cargos nas administrações municipal ou estadual, caso fossem eleitos. Apesar da promessa, o engenheiro Francisco Adalberto Pessoa de Carvalho, eleito para a gestão 2006-2008, assumiu também a Secretaria de Infra-Estrutura do Rio Grande do Norte, o que gerou protestos dos profissionais. Para solucionar o impasse, o Senge promoveu, em 17 de janeiro, um debate sobre a situação. Após considerações a favor e contra o acúmulo de cargos, os participantes decidiram, por maioria, emitir nota de apoio e confiança ao presidente eleito do Crea. Segundo Augusto César de Freitas Barros, presidente do sindicato, a decisão não representa a posição da diretoria da entidade.

SC

Sindicato elege três coordenadores no Crea

No dia 20 de janeiro, durante a primeira plenária do Crea-SC, foram eleitos os coordenadores e os adjuntos das oito câmaras que compõem o conselho. O Senge Santa Catarina elegeu três: os engenheiros Rodrigo Menezes Mouri à de química, João Nazareno Vieira Lima à elétrica e, pela segunda vez consecutiva, José Carlos Rauen, atual presidente do sindicato, à civil. Com isso, são 36 conselheiros (23 da civil, sete da elétrica e seis da química) coordenados pela entidade. Os demais conselheiros estão distribuídos pelas câmaras de arquitetura, agronomia, agrimensura, geologia e minas e industrial. Segundo Rauen, a câmara civil representa 55% do Sistema e “coordenar tudo isso é uma honra para mim”. Estavam presentes na plenária os engenheiros Marcos Túlio de Melo e José Tadeu da Silva, respectivamente presidentes eleitos do Confea e do Crea-SP. Na ocasião, Melo fez uma breve apresentação sobre o mercado de trabalho da engenharia e, principalmente, a falta de valorização dos profissionais. Para ele, o papel do Sistema Confea/Creas é fortalecer as entidades e os sindicatos para que tenham muita força para lutar pelos profissionais.

SP

Luta contra a privatização da Cteep

O Seesp, com o apoio da FNE, continua a luta contra a privatização da Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), já anunciada pelo governo estadual, que pretende

levá-la a leilão no primeiro semestre deste ano. Foram enviadas às autoridades do Estado e do País cópias do DVD com o resumo do seminário “Riscos de privatização das energéticas paulistas”, promovido pela entidade em setembro último, que debateu a questão e propôs alternativas à venda pura e simples da companhia.

Conforme demonstra a discussão, a venda da Cteep será prejudicial não só à população paulista, mas a todo o País, tendo em vista o sistema nacional interligado.

MA

Nova diretoria será eleita

Estava marcada para o dia 31 de janeiro a eleição da nova diretoria do Senge Maranhão para o triênio 2006-2008. Para concorrer ao pleito foi inscrita uma única chapa, encabeçada pela engenheira Maria Odinéa Santos Ribeiro, que já faz parte do Conselho Fiscal desse sindicato. Os componentes da chapa empenharam-se na mobilização dos sócios da entidade para participarem do pleito. A posse está prevista para o dia 10 de fevereiro, na sede do Senge.

AL

Empossado presidente do conselho

No dia 28 de dezembro, tomou posse o engenheiro civil Aloisio Ferreira de Souza, eleito à presidência do Crea-AL para a gestão 2006-2008. A festa no Clube de Engenharia de Alagoas contou com a presença de Luis Abílio de Sousa Neto, governador em exercício do Estado, Lourdinha Lira, vice-prefeita de Maceió, Marcos Túlio de Melo, presidente eleito do Confea, Marco Amigo, ex-presidente do Crea-BA, além de presidentes de entidades de classe, destacando-se, entre eles, José Ailton Ferreira Pacheco, do Senge Alagoas. A FNE foi representada por Luis Alexandre Silva Farias (o Madalena), diretor da Região Nordeste. Na ocasião, Aloisio Ferreira de Souza disse que “enfrentará com humildade a enorme responsabilidade que abraçou” e garantiu que “ampliará as melhorias e os avanços já conquistados”. Foi eleito quatro vezes conselheiro do órgão, participou da diretoria e chegou a ser vice-presidente da entidade.

## ENTREVISTA

---

Aos 75 anos, o economista egípcio Samir Amin é, atualmente, um dos mais sólidos críticos da globalização neoliberal. Exibindo uma cabeleira branca e lisa, cortada na altura da nuca, nariz

adunco e olhar penetrante, ele lembra a figura de uma esfinge. Consultor econômico de vários países africanos, é um intelectual eminentemente prático. Ao contrário das divindades ancestrais de seu país, Amin não busca criar enigmas, mas, ao contrário, decifrá-los. Autor de vasta obra – como “Desenvolvimento desigual” e “Dinâmica da crise global” –, também é membro da Coordenação do Fórum Social Mundial, cuja sexta edição aconteceu simultaneamente em Caracas (Venezuela) e Bamako (Mali). Foi justamente no final do encontro de Caracas que Samir Amin concedeu a seguinte entrevista a Engenheiro .

Fala-se muito numa “onda vermelha” na América Latina, com várias eleições dando vitória a candidatos de esquerda. Como o senhor vê isso?

Existe uma revolta mundial contra o capitalismo neoliberal, com especificidades e gradações em cada país. É possível que a expressão mais clara dessa insatisfação ocorra atualmente na América Latina. Até o começo dos anos 90, a crítica da globalização neoliberal estava confinada a pequenos círculos da intelectualidade. A partir de 1995, quando passou a ilusão inicial e as condições gerais de vida pioraram, como resultado das políticas de privatização, desregulamentação e redução do papel do Estado, a legitimidade do modelo foi colocada em xeque.

O senhor fala das grandes manifestações de Seattle e Cancun?

Exato. Respostas mais objetivas à situação começaram a aparecer e um número crescente de pessoas em todo o mundo passou a se mover. Essa gente tentava sair da defensiva e partir para uma posição ofensiva.

Quais outros sintomas dessa mudança?

Peguemos uma palavra: “socialismo”, por exemplo. Ela foi quase proibida por alguns anos, devido à ofensiva das idéias sobre a supremacia do mercado sobre todas as esferas da vida. Esse banimento desse e de outros conceitos durou, felizmente, pouco tempo. Ficou provado que o capitalismo não é o fim da história, como apregoava o acadêmico estadunidense Francis Fukuyama. Hoje, o capitalismo se mostra não apenas como explorador do trabalhador, mas como uma verdadeira ameaça à humanidade. As guerras imperiais, a ação predatória contra o meio ambiente e as armas nucleares são as faces mais agressivas de um sistema que perde legitimidade aceleradamente. Para controlá-lo, é necessário um poder imperial cada vez maior. O mundo pelo qual nos batemos deve ser baseado na solidariedade e na democracia. Para alcançá-lo, é urgente combater o projeto de dominação dos EUA.

Além da América Latina, onde mais essa revolta se manifesta?

Penso que essa situação se apresenta mais claramente aqui do que na África e na Ásia. Um dos fatores a possibilitar isso é o espaço democrático conquistado pelos povos, depois do ciclo das ditaduras militares. A situação de cada país é, contudo, diversa. Isso se deve a especificidades históricas, sociais, políticas e econômicas. No Brasil, temos uma burguesia local muito forte e o latifúndio apresenta poder real. Há muita ilusão, por parte do governo Lula, de que essa burguesia possa pender para o lado do povo. Um exemplo é o comportamento do Brasil, por pressão de suas camadas dirigentes, na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Hong Kong. O país decidiu quebrar a frente dos países pobres e aliar-se, juntamente com a Índia, aos Estados Unidos. Não é à toa que o capital financeiro considera Lula um grande aliado. Na Venezuela, a situação é diversa. Ali existe uma burguesia vinculada ao petróleo, sem raízes na sociedade. Essas camadas, que mandavam no país, se desmoralizaram nos últimos 20 anos, abrindo espaço para um governo como o de Chávez. Na África, os governos são muito fracos e vulneráveis. Contudo, apesar de os países do continente serem muito dependentes da Europa, muitas reformas estão sendo feitas. Boa parte das nações africanas tem posições melhores que as do governo brasileiro no âmbito internacional.

O senhor propôs, há poucas semanas, num encontro em Bamako, uma nova dinâmica para os fóruns sociais mundiais. Do que se trata?

Os fóruns são parte de um processo maior, que é a luta contra o neoliberalismo. São pontos de encontro daqueles que protestam e buscam soluções. Todos devem respeitar aqui as opiniões diferentes, pois todos são iguais no FSM. Ao mesmo tempo, nada impede que grupos de pessoas façam propostas e definam agendas entre si, no âmbito das reuniões. Temos de propor temas amplos e capazes de se materializarem em lutas concretas, como o fim das bases militares dos EUA e a destruição das armas nucleares. Esse mundo não vai mudar espontaneamente. Temos a tarefa urgente de construir uma poderosa frente antiimperialista, para unificar as lutas populares em todo o planeta.

## C&T

---

As tentativas de fraudes bancárias e financeiras pela rede no Brasil cresceram 579% em 2005 em relação ao ano anterior, conforme as queixas feitas ao Cert.br (Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil). Klaus Steding-Jessen, analista do órgão ligado ao Comitê Gestor da Internet no País, ressalva que nem todas as notificações, como as de phishing scam ( e-mails cujo objetivo é enganar o usuário fazendo-o fornecer senhas ou dados sigilosos), referem-se a incidentes que realmente ocorreram, mas, muitas vezes, a tentativas que não foram bem-sucedidas. De qualquer modo, esse tipo de notificação

alcançou o primeiro lugar no ranking , tendo crescido de 5% para 40% do total de 68 mil encaminhadas à instituição pelos usuários. Esse número é 10% menor que o registrado em 2004, quando as reclamações somaram 75.722. O analista esclarece que a queda deve-se principalmente à diminuição de notificações envolvendo worms (programa capaz de se propagar automaticamente através de redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador). “É provável que as notificações tenham diminuído devido à sobrecarga de trabalho dos administradores em conjunto com a visão de que esse tipo de incidente se tornou corriqueiro, embora continue sendo um problema”, avalia Steding-Jessen.

“Notamos que, apesar do forte crescimento, as notificações de fraudes se mantiveram estáveis nos últimos meses do ano”, observa o analista de segurança. De outubro a dezembro, o número de ataques referentes a fraudes bancárias e financeiras cresceu apenas 7% em relação ao trimestre anterior. No período, chamou a atenção o aumento das notificações de scans (varreduras), que vinham apresentando uma tendência de queda desde o início do ano. Foram 7.889, crescimento de 93% tendo em vista o mesmo período.

Para Steding-Jessen, não é o aumento do número de acessos ou visitantes à Internet que faz a rede menos segura. Na verdade, é o comportamento do usuário que contribui para a propagação das pragas virtuais. Ele cita como exemplo o fato de que muitas vezes os equipamentos não recebem atualizações constantes, pelo menos não na mesma velocidade em que os invasores progridem. Isso significa que cabe ao usuário empregar tempo para baixar e instalar os pacotes de segurança dos fabricantes de softwares , dos anti-vírus, do firewall pessoal e, principalmente, utilizar o bom senso.

#### Atitude de risco

Basta lembrar que muitas das invasões somente ocorrem depois que o usuário dá um sinal verde para sua passagem, clicando em anexos ou links emitidos por falsas mensagens de e-mail ou transferência de arquivos pelos sistemas instantâneos de comunicação. As mais comuns são as que oferecem rendimentos altos e rápidos, sexo gratuito, cenas de celebridades e assuntos do momento, como entrar para um reality show de sucesso.

Alerta de manter o sistema absolutamente atualizado, os usuários devem evitar as chamadas senhas fracas, aquelas facilmente quebradas pelos ataques via SSH ( Secure Shell). Outro detalhe é que os usuários agem de maneira inocente diante daquilo que não identificam como um agressor. “Essa é a vantagem das gangues virtuais: praticam roubos menos arriscados (para eles, claro), pois estão desarmados e com o fator surpresa a seu favor”, sintetiza Steding-Jessen. Além dos roubos cibernéticos, os invasores podem transformar a máquina de qualquer usuário em uma espécie de zumbi que vai ser acionado para fazer com que sites de grandes corporações sejam atacados, congestionando ou até paralisando seus sistemas.

Mais informações em

<http://www.cert.br>

Sobre as estatísticas em <http://www.cert.br/stats/incidentes>

Sobre o Comitê Gestor em <http://www.cgi.br>

Chateação em alta

Nem só na área das tentativas de fraudes bancárias o Brasil se destaca. O País foi listado também como o sexto maior emissor de spams (aquelas mensagens indesejadas em sua caixa de e-mails ) do universo virtual. Veja o ranking para 2005 elaborado pela Sophos, uma empresa britânica de segurança.

Estados Unidos 24,5%

China 22,3%

Coréia do Sul 9,7%

França 5,0%

Canadá 3,0%

Brasil 2,6%

Espanha 2,5%

Áustria 2,4%

Taiwan 2,0%

Polônia 2,0%

Japão 2,0%

Alemanha 1,8%

Outros 20,3%

Fonte: Sophos – Inglaterra